



ES CRAVO, NEM PENSAR!

no sul e sudeste do Pará

Experiências educacionais de
prevenção ao trabalho escravo

Expediente

Repórter Brasil
Organização de Comunicação e Projetos Sociais

PRESIDENTE: Leonardo Sakamoto

DIRETORIA: Claudia Carmello Cruz (Primeira-Secretária),
Iberê Francisco Thenório (Comunicação),
Paula Monteiro Takada (Projetos Sociais),
Maurício Eraclito Monteiro Filho (Pedagogia),
Rodrigo Pelegrini Ratier (Marketing)

CONSELHO FISCAL: Beatriz Costa Barbosa,
Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e
Spensy Kmitta Pimentel

COORDENADORES DE PROGRAMAS: Ana Aranha (Agência de Notícias),
Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis),
Natália Suzuki (Escravo, nem pensar!)

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: Fabiana Garcia (coordenadora),
Juliana Fuhmann (assistente financeira) e
Marília Ramos (assistente administrativa)

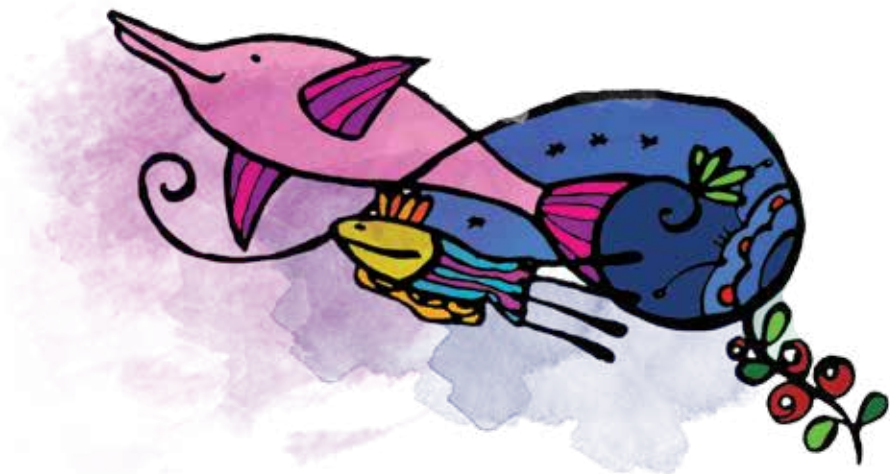
EQUIPE DO PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR!: Natália Suzuki (coordenadora);
Thiago Casteli (coordenador assistente);
Jéssica Stuque (educadora)

ES CRAVO, NEM PENSAR! NO SUL E SUDESTE DO PARÁ
Experiências educacionais de prevenção ao trabalho escravo

CONTÉUDO: Equipe do programa Escravo, nem pensar!

PROJETO GRÁFICO: Marcela Weigert

APOIO: Grupo Interinstitucional de Apoio a Erradicação do Trabalho Escravo (Gaete),
TAM Linhas Aéreas



ESCRAVO, NEM PENSAR!

no sul e sudeste do Pará

Experiências educacionais de
prevenção ao trabalho escravo

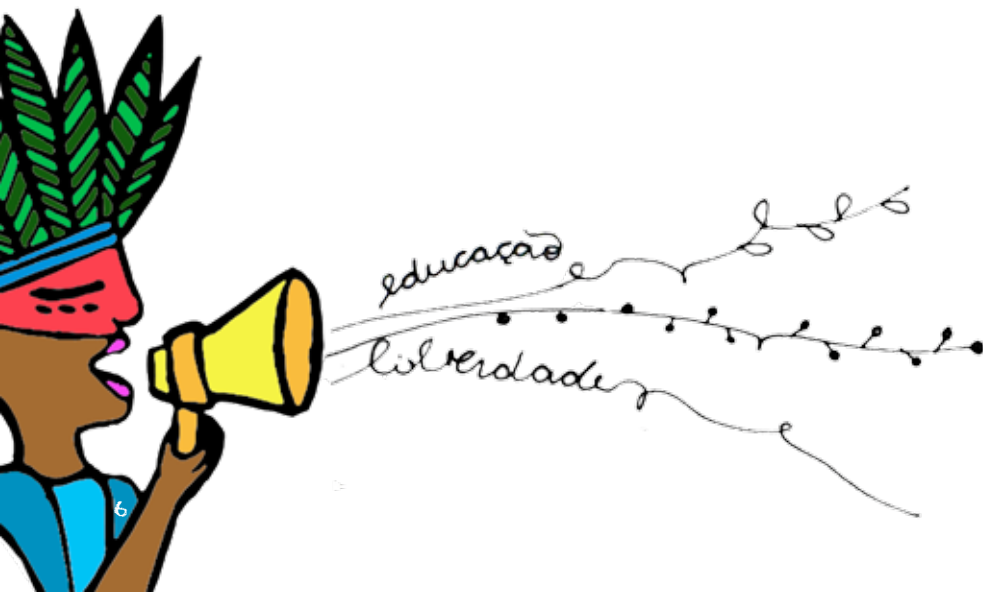


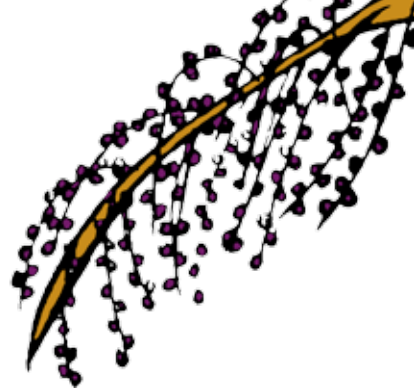
Sumário

- 8 Trabalho escravo no Pará**
- 13 Projeto “Formação para educadores sobre trabalho escravo contemporâneo e temas relacionados no sul e sudeste do Pará”**
- 16 Conquistas
- 17 Ficha técnica do projeto
- 18 Experiências educacionais de prevenção ao trabalho escravo**
- 20 A institucionalização do tema do trabalho escravo no plano municipal de educação
- 22 O enfoque das ações de prevenção nas comunidades escolares da zona rural
- 24 A mobilização das redes de ensino em torno dos projetos de combate ao trabalho escravo
- 26 O trabalho em sala de aula voltado à abordagem da educação em direitos humanos
- 28 O fortalecimento dos sistemas de formação de professores

Apresentação

A vulnerabilidade do trabalhador, suscetível ao trabalho escravo, é decorrência da ausência de uma série de direitos, dentre os quais está o acesso à educação. Segundo dados do Programa Seguro-Desemprego, de 2003 a 2014, 72,1% dos trabalhadores libertados são analfabetos ou não concluíram o quinto ano do Ensino Fundamental.





O fato de o trabalhador, desde cedo, ser privado de educação formal não impacta somente na sua qualificação profissional, mas deforma principalmente a sua formação cidadã. Imerso num universo de opressão e privação desde muito cedo, o trabalhador passa a naturalizar as relações de exploração no mundo do trabalho e, raramente, reivindica seus direitos. Para ele, o trabalho penoso é parte constitutiva de uma realidade sem possibilidade de mudanças, porque é a única opção existente de sobrevivência. A aceitação de situações de trabalho escravo – muitas vezes pelo próprio trabalhador – é transmitida para as novas gerações, contribuindo para a perpetuação dessa violação de direitos humanos.

Por isso, a educação é um dos meios mais eficazes para se romper o ciclo do trabalho escravo, porque ela contribui para a desconstrução de visões de mundo consolidadas e suscita questionamento sobre as condições as quais os indivíduos estão submetidos. Esse processo deve incidir nos jovens para evitar que um dia sejam explorados, e também em trabalhadores para que construam reflexão crítica sobre o seu modo de vida.

No projeto desenvolvido pelo **Escravo, nem pensar! (ENP!)**, contamos com a ação dos gestores de educação onde a ocorrência de trabalho escravo é crítica: o sul e o sudeste do Pará. Nessa região, esses atores foram responsáveis por ações de prevenção ao problema, realizadas nas escolas e que alcançaram o restante de sua comunidade. O seu trabalho de disseminação de informação contribuiu para a formação de uma rede de proteção ao trabalhador, onde ela não existia, e fortaleceu iniciativas já em curso. Nas próximas páginas, selecionamos as melhores práticas realizadas por esses protagonistas entre os anos de 2014 e 2015.

Esperamos que elas inspirem outras iniciativas que valorizem a figura do trabalhador e promovam formas de trabalho mais justas e dignas.

Boa leitura!

Equipe Escravo, nem pensar!

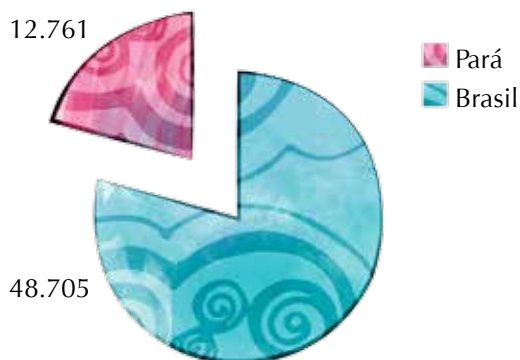
Trabalho escravo no Pará

O Brasil foi uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a escravidão contemporânea em seu território, quando assumiu a existência dessa violação de direitos humanos perante o país e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1995. Desse ano até 2014, 48.705 trabalhadores foram libertados de situações análogas a de escravidão em atividades nas zonas rural e urbana.



No Brasil, 95% das pessoas submetidas ao trabalho escravo rural são homens. As atividades para as quais esse tipo de mão de obra é utilizado exigem força física, por isso os aliciadores buscam principalmente homens e jovens. Eles são, em sua maioria, migrantes, que deixaram suas casas com destino à região de expansão agropecuária. Saem de suas cidades, atraídos por falsas promessas de trabalho, ou migram forçadamente por causa de sua precariedade socioeconômica.

Número de trabalhadores libertados no Pará em relação ao número nacional



Nesse contexto, o Pará é o estado recordista em número de trabalhadores libertados, com 12.761 até 2014, o que representa 26% do total de resgatados em todo o país. Além disso, ocupa o 2º lugar entre os estados de moradia dos trabalhadores resgatados, atrás somente do Maranhão.

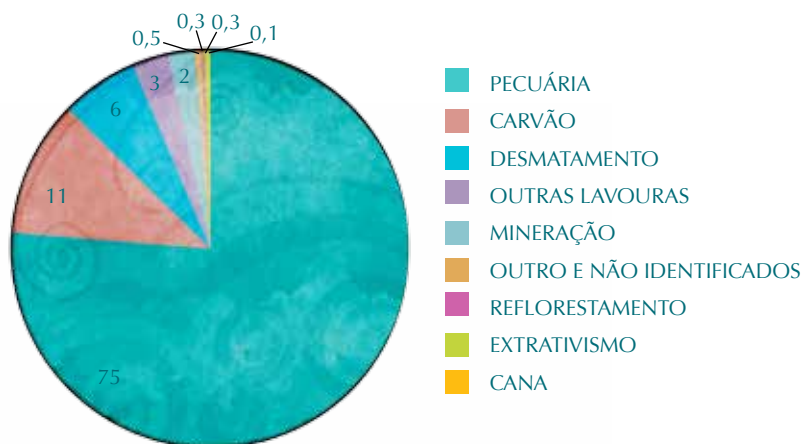
Ranking por número de trabalhadores libertados ¹			Ranking dos locais de moradia dos trabalhadores ²		
Estado	Número total	%	Estado	Número total	%
1º Pará	12.761	26	1º Maranhão	6.174	19
2º Mato Grosso	5.953	12	2º Pará	5.120	16
3º Minas Gerais	4.038	8	3º Bahia	2.752	8
4º Goiás	3.903	8	4º Minas Gerais	2.513	8
5º Maranhão	3.135	6	5º Tocantins	2.162	7

1 Dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social, entre 1995 e 2014.

2 Dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra, entre 2003 e 2014, com base no banco de dados do Seguro-Desemprego.

No Pará, a ocorrência de trabalho escravo se concentra no sul e sudeste, em atividades como a pecuária, o desmatamento e a carvoaria. Nessas regiões, o avanço da fronteira agropecuária resulta não somente na exploração de milhares de trabalhadores, mas também em intensos conflitos agrários e na destruição da floresta amazônica, que dá lugar às pastagens e ao plantio de monoculturas.

Casos de trabalho escravo no Pará por atividade econômica (2003-2014)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra

Atualmente, as estratégias governamentais voltadas ao combate ao trabalho escravo dão ênfase à repressão por meio da fiscalização das propriedades rurais e da punição administrativa e econômica dos empregadores flagrados explorando esse tipo de mão de obra. Contudo, como destaca o 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (2008), esse tipo de ação não é suficiente para erradicar o trabalho escravo, é preciso se atentar também para ações de prevenção.

Em muitos casos, os trabalhadores libertados retornam a seus locais de origem, onde encontram a mesma situação de pobreza e privação que os motivou a aceitar um trabalho qualquer, sem garantia de seus direitos e, muitas vezes, sob condições de exploração. Assim, é muito comum um trabalhador se tornar vítima do aliciamento e ser empregado novamente como mão de obra escrava, perpetuando assim o que chamamos de Ciclo do Trabalho Escravo.

Ciclo do trabalho escravo



Assim, a erradicação do problema passa também pela adoção de políticas públicas para reverter a situação de pobreza e de vulnerabilidade que corroboram para a permanência de trabalhadores em situação de exploração. Dentre essas políticas, estão as ações formativas no âmbito da educação, como a que propõe esse projeto.

“A educação, foco do projeto, forma outro tipo de trabalhador, consciente de seus direitos e de que existem meios de defendê-los, e ainda de que há outras formas de se trabalhar, mais dignas. E, assim, o trabalho de repressão, sem dúvida, se torna muito mais efetivo”.

Lys Sobral, procuradora do Ministério Público do Trabalho em Marabá (PA)

O que é trabalho escravo?

O trabalho escravo não é caracterizado por meras infrações trabalhistas. Ele é um crime contra a dignidade humana. A constatação de qualquer um dos quatro elementos a seguir é suficiente para configurar a exploração de trabalho escravo:

TRABALHO FORÇADO: o indivíduo é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidade de deixar o local seja por causa de dívidas, seja por ameaça e violências física ou psicológica;

JORNADA EXAUSTIVA: expediente desgastante que vai além de horas extras e coloca em risco a integridade física do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para a reposição de energia. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar;

SERVIDÃO POR DÍVIDA: fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho, além de retenção de salário. Esses itens são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador, que permanece cerceado por uma dívida fraudulenta;

CONDIÇÕES DEGRADANTES: um conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida sob a qual o trabalhador é submetido, atentando contra a sua dignidade, como: alojamento precário, falta de assistência médica e alimentação adequada, ausência de saneamento básico e água potável, maus tratos e violência. Elementos como a retenção de documentos e o isolamento cultural podem corroborar com a situação de escravidão do trabalhador.

No Brasil, o trabalho escravo é crime previsto pelo Código Penal:

Artigo 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena- reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Projeto "Formação para educadores sobre trabalho escravo contemporâneo e temas relacionados no sul e sudeste do Pará"

Desde 2006, a Repórter Brasil, por meio do seu programa de educação, o Escravo, nem pensar!, atua no sul e sudeste do Pará realizando ações educacionais voltadas à prevenção do trabalho escravo na região.



Em 2011, dado o contexto alarmante, constatou-se a necessidade de criar uma rede de prevenção que abrangesse uma área relevante, ou seja, um conjunto de municípios, selecionados estrategicamente pelos índices de vulnerabilidade socioeconômica e ocorrência de trabalho escravo, para que formassem uma rede de prevenção e de proteção ao trabalhador nessa região.

A proposta desse projeto foi formar gestores municipais de educação da rede pública para que eles levassem o tema do trabalho escravo para as escolas das suas cidades. O objetivo era que a temática fosse capilarizada junto aos professores para que, então, eles desenvolvessem com seus alunos atividades de combate ao problema.

Entre 2012 e 2013, foram feitas pesquisas de campo junto a secretarias municipais de educação com o intuito de realizar um levantamento sobre o contexto local, mas principalmente ter informações mais aprofundadas sobre a estrutura e funcionamento das secretarias municipais para que a metodologia formativa desse projeto fosse coerente com as suas realidades.

Para que isso fosse possível, entre agosto de 2014 a dezembro de 2015, o ENP! conduziu um processo formativo com gestores da educação de 11 municípios. Nesse período, foram realizados quatro encontros presenciais de formação, cujo objetivo foi a transmissão dos conteúdos sobre trabalho escravo e assuntos correlatos, como o trabalho infantil, tráfico de pessoas, migração e meio ambiente, além de materiais pedagógicos. No intervalo entre essas reuniões, as secretarias realizaram atividades formativas com as escolas, das quais decorreram abordagens sobre o trabalho escravo em sala de aula e por meio de projetos extracurriculares.



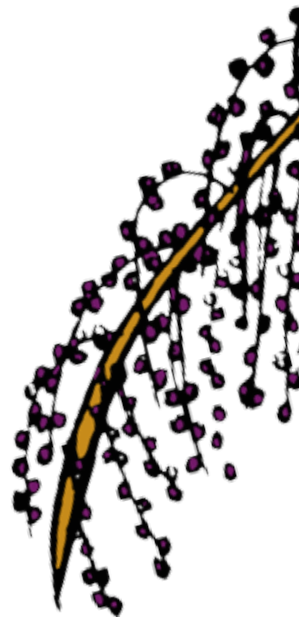
As atividades didáticas criadas por professores e alunos (poemas, paródias, dissertações, desenhos, maquetes, cartazes, camisetas, murais, peças teatrais), introduziram o trabalho escravo como conteúdo regular de aprendizagem nos currículos escolares.

Além disso, as escolas foram responsáveis por difundir a temática para o restante da comunidade. Uma vez que são centros de conhecimento e ambientes formativos reconhecidos socialmente, as escolas conseguem mobilizar não somente alunos e seus pais em torno de suas atividades, mas outros atores, como os próprios trabalhadores que passaram a estar cientes a quem denunciar em casos de violações.

O resultado dessa ação do ENPI, em parceria com as secretarias municipais de educação, foi o aumento de pessoas mais informadas a respeito do risco do aliciamento e do trabalho escravo.

“O que mais chama a atenção e nos enche de orgulho são os resultados desenvolvidos pelos professores e alunos que acreditaram no projeto, é a forma como os educadores se apropriaram do tema do trabalho escravo e artisticamente transmitiram à comunidade escolar, e essa, por sua vez, com graças, gestos, poesias, músicas, desenhos, faixas e caminhadas, transmitiram à sociedade que o trabalho escravo existe, é um crime e precisa ser combatido”.

Geuza Morgado, agente da Comissão Pastoral da Terra – Marabá (PA)



Atividade da culminância aberta ao público, em Tucumã, 2015.

Conquistas:

Para o sistema educacional dos municípios

- Permanência da temática do trabalho escravo no sistema educacional
- Autonomia formativa e atualização pedagógica de gestores públicos
- Inserção da abordagem do trabalho escravo nos Planos Municipais de Educação (PMEs) de dois municípios, Jacundá e Nova Ipixuna
- **181 Escolas urbanas e do campo > 1.386 professores > 33.851 alunos > 13.500 pessoas da comunidade extraescolar**

Para o combate ao trabalho escravo na região

- Fortalecimento da prevenção ao trabalho escravo em nível regional
- Aumento exponencial de agentes multiplicadores na região
- Sensibilização, informação e mobilização de comunidades vulneráveis

Para o combate ao trabalho escravo nacional

- Replicação do modelo de formação em outros estados de atuação do Escravo, nem pensar! nos próximos anos

“Chegamos a mais de 35 mil professores e alunos em toda a região. Isso significa um banho de cidadania, ensino e prevenção na área de direitos humanos e combate ao trabalho escravo em toda essa região que é muito castigada com essa prática”

Jônatas Andrade, juiz do Trabalho de Marabá (PA)



Ficha técnica do projeto

Objetivo geral

Diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas a de escravidão, no Pará, por meio da educação.

Objetivos específicos

- Difundir o conhecimento a respeito de trabalho escravo rural contemporâneo e tráfico de pessoas como forma de combater essas violações dos direitos humanos.
- Promover o engajamento das comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo.

Público

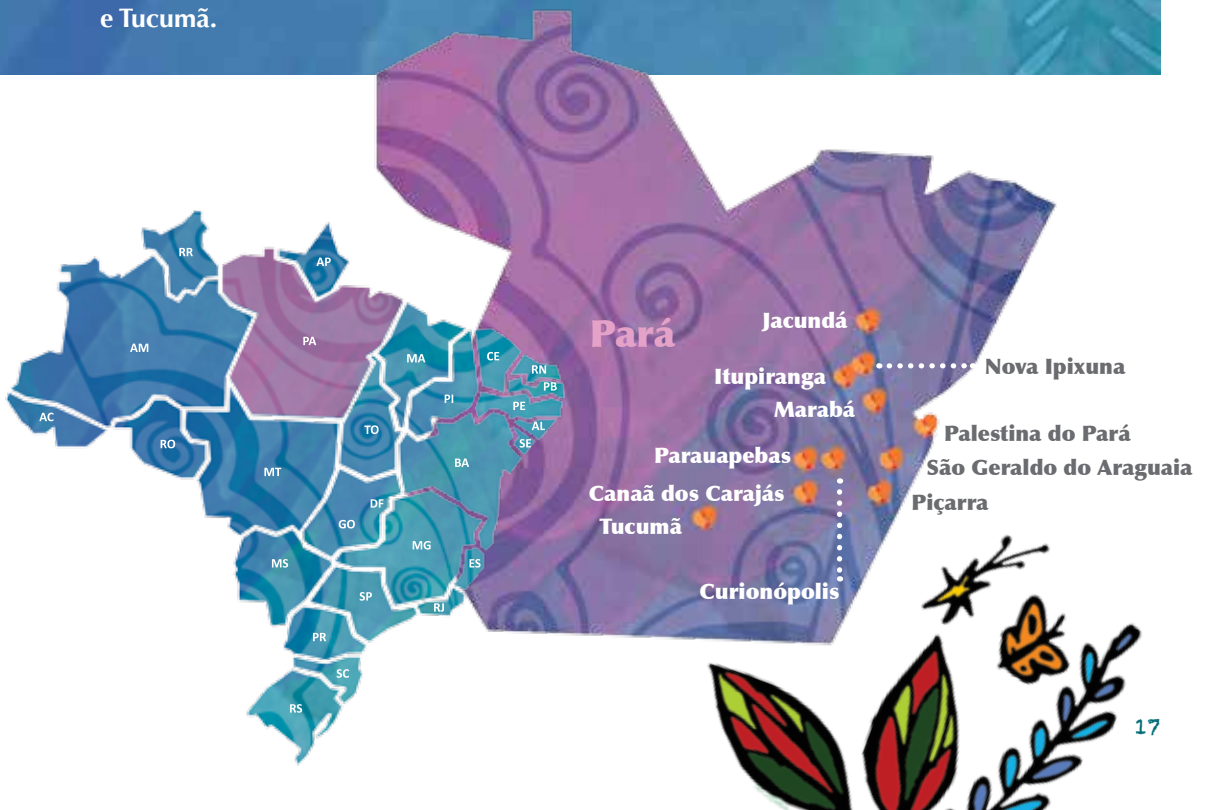
Gestores das secretarias municipais de educação de 11 municípios do sul e sudeste do Pará

Período

Agosto de 2014 a dezembro de 2015 (16 meses)

Municípios

Canaã dos Carajás, Curionópolis, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova IPIXUNA, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Geraldo do Araguaia e Tucumã.







Experiências educacionais de prevenção ao trabalho escravo

A abordagem do trabalho escravo ganhou contornos distintos em cada município, variando de acordo com as realidades sociais, a estrutura técnica das secretarias municipais de educação e as propostas pedagógicas das escolas. Mas o compromisso com uma educação em direitos humanos, o empenho e a criatividade foram pontos comuns entre as iniciativas realizadas em diferentes localidades do sul e sudeste do Pará, no âmbito do projeto Escravo, nem pensar!.

Nas próximas páginas, apresentamos as experiências e os seus resultados a partir de categorias específicas, pois guardam semelhanças entre si, como o perfil social das escolas engajadas no projeto, a escala das atividades, as medidas de institucionalização do tema em planos municipais e a sua inserção no planejamento de formação continuada de professores, além da ênfase desse conteúdo nas atividades em sala de aula.

O objetivo de destacar essas atividades é para que sirvam de referência e inspiração para outras secretarias e educadores desenvolverem seus próprios projetos de prevenção a essa violação de direitos humanos.

Legenda

-  >> Registros de trabalho escravo
-  >> Número de escolas envolvidas no projeto
-  >> Número de escolas envolvidas no projeto
-  >> Número de alunos envolvidos no projeto



A institucionalização do tema do trabalho escravo no Plano Municipal de Educação

 11 casos, 54 trabalhadores resgatados ¹

 27

 403

 8.656

1. Todas as estatísticas de casos de trabalho escravo apresentados neste caderno tomam como base o banco de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), referentes ao período de 2003 e 2014.

A abordagem do trabalho escravo não deve ser uma medida temporária, mas sim um compromisso permanente das escolas. Foi a partir dessa orientação que as secretarias municipais de educação de Jacundá e Nova Ipixuna introduziram o tema do trabalho escravo contemporâneo em seus respectivos Planos Municipais de Educação (PMEs), dentro do eixo “Inclusão e Diversidade”. Isso significa que, nos próximos dez anos, a temática do trabalho escravo passa a ser obrigatória em toda a rede de ensino dessas duas cidades. Assim, a sua incorporação no currículo educacional torna a proposta de um projeto educativo pontual em política pública permanente.

Para que essa ação fosse possível, atividades de sensibilização e formação foram realizadas nas escolas. As secretarias municipais formaram o corpo docente e forneceram orientações pedagógicas e materiais didáticos elaborados pelo Escravo, nem pensar!. Durante 16 meses, o trabalho escravo foi tema de projetos extracurriculares para todas as escolas de Jacundá e Nova Ipixuna. Os professores o relacionaram com os conteúdos específicos das disciplinas e desenvolveram peça teatrais, desenhos, além de produções textuais.

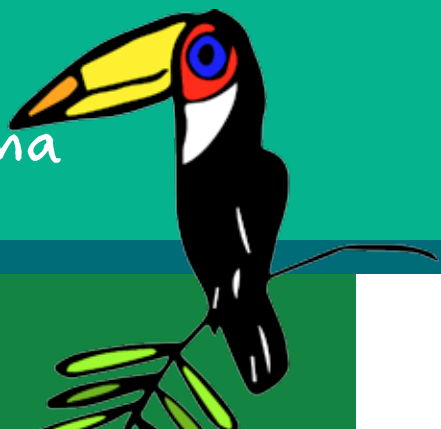


Passeata de escola do Ensino Fundamental de Jacundá, 2015.

Como forma de divulgação e de consolidação do aprendizado, cada escola organizou uma feira cultural na qual os alunos puderam trocar experiências entre si das atividades que desenvolveram. Essa iniciativa não se restringiu ao ambiente escolar, mas alcançou as comunidades vizinhas. Exposições culturais, palestras, passeatas e panfletagens, organizadas por alunos e professores foram a maneira de informar as pessoas sobre os perigos do aliciamento de trabalhadores.



Nova Ipixuna



 5 casos, sem trabalhadores resgatados ²

 16

 59

 2.070

2. Dos 5 casos, apenas um foi fiscalizado pelas autoridades. Quando chegaram à propriedade, os trabalhadores envolvidos na denúncia de trabalho escravo já não se encontravam no local.



Assim, a institucionalização do tema nos PME foi o resultado final de um processo formativo, que começou com a formação de educadores, consolidou-se com o aprendizado nas escolas para, então, ganhar as ruas das comunidades. A experiência desses dois municípios abre ainda a perspectiva para que as próximas gerações de alunos conheçam a existência do trabalho escravo na região e elaborem novas campanhas de prevenção, ampliando as ações voltadas ao combate do problema.

Culminância aberta à comunidade em escola do campo de Nova Ipixuna, 2015.



"O PME é o documento norteador da Educação no município e, nele, fica definido os anseios da sociedade para uma educação de qualidade. A partir dele é que as escolas adequam e constroem seus Projetos Políticos Pedagógicos. A inserção [do tema do trabalho escravo] garante que essas discussões permaneçam e continuem fazendo parte da educação".

Luciete Moreira, coordenadora pedagógica de História e Estudos Amazônicos de Jacundá

"Tivemos resultados muito positivos nas escolas, pois conseguimos (...) mostrar às comunidades escolares que o trabalho escravo ainda existe e esclarecer a diferença entre escravidão e exploração do trabalho".

Ilzete Ribeiro Amaral, coordenadora pedagógica da Educação do Campo de Nova Ipixuna

O enfoque das ações de prevenção nas comunidades escolares da zona rural

 43 casos, 342 trabalhadores resgatados

 3

 11

 70

No Pará, a maior parte dos casos de trabalho escravo é registrada no campo. Além disso, a zona rural é o contexto de trabalhadores em situação de vulnerabilidade socioeconômica que migram para outras frentes de trabalho em diversos locais do país, além de ser palco de violentos conflitos agrários.

Diante disso, Marabá e Itupiranga focaram as ações formativas com os docentes da zona rural. Esses, por sua vez, foram responsáveis por disseminar o trabalho escravo nas escolas do campo. O objetivo era intervir nessa complicada realidade, impactando principalmente os jovens que estão mais expostos a situações de aliciamento e exploração do trabalho.

As ações também atenderam a uma demanda de formação das comunidades escolares do campo. Geralmente, essas escolas têm

menos acesso a projetos sociais e a políticas públicas, o que torna a sua estrutura mais deficiente pela ausência de atividades de formação em direitos humanos.

Assim, educadores das secretarias, especializados na Educação do Campo, realizaram formações e o acompanhamento pedagógico nas escolas na zona rural. O trabalho escravo foi inserido no planejamento das escolas e sua abordagem foi relacionada a temas que tocam a realidade local, como agricultura familiar, êxodo de trabalhadores, migração e trabalho infantil.

A partir dessa identificação do trabalho escravo com o seu cotidiano, professores e alunos abraçaram o projeto com entusiasmo e desenvolveram as atividades com facilidade. As produções didáticas foram compartilhadas com pais e demais moradores por meio de apresentações teatrais e passeatas. Essas iniciativas alertaram a comunidade sobre os perigos do aliciamento para o trabalho em fazendas e carvoarias da região.



Dramatização de alunos de escola de Itupiranga, 2015.

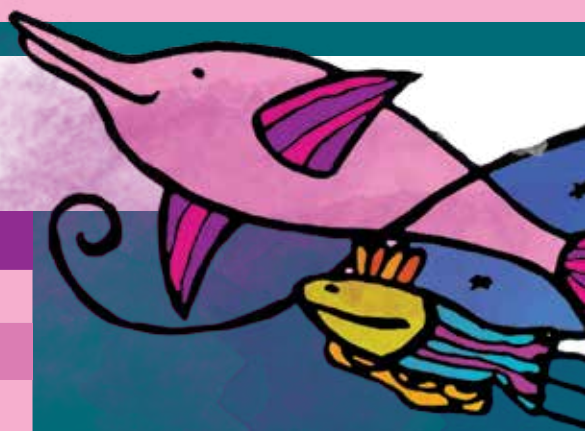
Marabá

 86 casos, 575 trabalhadores resgatados

 59

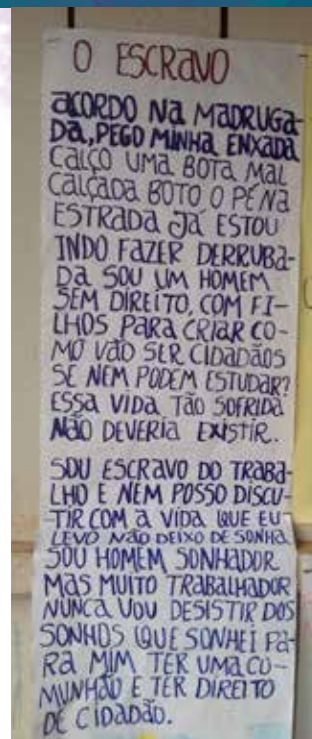
 188

 3.673



Diante do resultado positivo e da perspectiva de expandir os projetos escolares sobre o tema, as secretarias inseriram o trabalho escravo nos documentos educacionais de referência. A secretaria de Itupiranga, por exemplo, incluiu o trabalho escravo em sequências didáticas da disciplina de Língua Portuguesa, articulando o letramento e esse conteúdo social. Em Marabá, o tema será contemplado no currículo de Educação do Campo, que está em fase de elaboração.

Cartaz elaborado por alunos de Marabá, 2015.



"[Nesse projeto], as escolas e comunidades trabalham essa temática em conjunto e tentam abolir de vez a escravidão contemporânea, que ainda persiste em nosso município".

Eliane Sandes de Mello, coordenadora pedagógica de 6º ao 9º ano de Itupiranga

"É importante ressaltar a importância do material do ENP! pela abordagem pedagógica bastante didática e próxima à realidade do sujeito do campo. O livro Escravo, nem pensar! trouxe uma abordagem metodológica com uma dimensão interdisciplinar muito rica para nossos educadores".

Watna Régia Miranda França Batista, coordenadora pedagógica da Educação do Campo de Marabá

Teatro representado por alunos de escola do campo de Marabá, 2015.




Parauapebas

A mobilização das redes de ensino em torno dos projetos de combate ao trabalho escravo

 15 casos, 27 trabalhadores resgatados

 28

 45

 5.000



Exposição de desenhos de escola de Parauapebas, 2014.

As secretarias municipais de educação de Parauapebas e Tucumã planejaram, desde o início, ações de grande dimensão. Partiram do princípio de que não bastaria alcançar um grupo restrito de escolas ou selecionar apenas uma modalidade de ensino. Para que a prevenção ao trabalho escravo surtisse o efeito desejado, praticamente todas as escolas deveriam estar engajadas.

Para tornar isso possível, as secretarias realizaram, cada uma, um único encontro de formação para professores da área de humanidades de todas as escolas. A composição múltipla das turmas evidenciou aos educadores que, a partir daquele momento, todas as

escolas trabalhariam conjunta e coletivamente em torno da prevenção ao trabalho escravo. Portanto, ter fomentado, logo no início do projeto, esse sentimento de pertencimento a uma causa comum contribuiu para o sucesso das atividades escolares realizadas.

Cada município elaborou uma estratégia para o desenvolvimento das ações. Em Tucumã, os professores ficaram responsáveis por abordar o trabalho escravo associado a outros assuntos, como o trabalho infantil, tráfico de pessoas, desmatamento etc. A linguagem utilizada variou de acordo com a proposta pedagógica de cada escola. Dessa forma, enquanto, em uma, os alunos elaboraram maquetes sobre a destruição da Amazônia e a exploração do trabalho escravo; em outra, houve a construção de cartazes sobre o tráfico de pessoas e trabalho escravo.

No final do projeto, a secretaria de Tucumã organizou uma feira cultural aberta à comunidade, na qual cada escola apresentou os resultados alcançados. O evento reuniu 3.000 pessoas, mobilizando o município inteiro durante um dia em torno da temática do trabalho escravo.

